

ALAN BRUM

Alan Brum (Brasil) é sociólogo, secretário executivo e cofundador do Instituto Raízes em Movimento, no Rio de Janeiro. No instituto, pesquisa e coordena o Centro de Estudos, Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA); além de atuar em temas como a defesa dos direitos humanos, educação popular, produção cultural e comunicação crítica.

Que tipo de ativismo o Raízes em Movimento exerce hoje no Complexo do Alemão? Como se dá o diálogo com a população?

Alan Brum: Eu nasci no Complexo do Alemão. Minha avó chegou lá na década de 1950, então minha família e meus pais se casaram ali. Entrei na universidade em 1997 e comecei um trabalho como professor de jovens e adultos. A partir daí, esse grupo se fortalece e a gente cria o Raízes em Movimento em 2001. Hoje temos um trabalho focado em dois pilares: um numa área de cultura e comunicação crítica que envolve o evento *Circulando*, o projeto *Favela Doc*, o cineclube, trabalhos com fotografia, grafite e jornal; o outro pilar é o da produção de conhecimento, consolidado no programa chamado CEPEDOCA (Centro de Estudos, Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão). Isso foi motivado pelas grandes intervenções de políticas públicas que o Complexo do Alemão recebeu a partir de 2008, como o PAC Favelas (Programa de Aceleração do Crescimento, 2008) e a ocupação militar (2010), o que atraiu muitos pesquisadores para aquele território.

Somos o canal de mediação desses processos, então começamos a fazer muitas discussões. Nos últimos anos, a produção de conhecimento sobre a favela tem sido muito questionada: o morador se pergunta “O que eu ganho com isso? Como isso muda a minha vida?”. Os mediadores e ativistas também começam a questionar “vocês vêm aqui pegar conhecimento, deixam lá na estante da academia, não circulam esse conhecimento?”. Então, começamos a fazer um encontro de pesquisadores internos e externos à favela para debater os caminhos e as possibilidades. Mapeamos o que já existia de produção do conhecimento sobre o Complexo do Alemão – teses, dissertações, artigos acadêmicos. Fizemos o *Vamos Desenrolar*, que é uma roda em praça pública com alto-falante, um encontro que cria um fluxo da produção académica através de uma conversa mais informal. Fazemos entre seis e oito encontros por ano, filmamos e documentamos para poder disseminar o que foi refletido sobre aquelas temáticas. E agora estamos lançando o livro *Complexo do Alemão: Uma biografia comentada* – fruto do mapeamento de 186 trabalhos acadêmicos sobre o Complexo do Alemão.

No aspecto da memória, quais foram as motivações para criar o CEPEDOCA?

Alan Brum: As grandes políticas públicas em favelas se colocam muito na perspectiva de integração à cidade, não de inclusão, mas de subordinação a uma suposta cidade construída. Não há um processo de diálogo, de inserção, no qual as periferias tenham acesso à cidade tendo suas histórias respeitadas. Temos cinco, seis, sete décadas de negação de direitos de todas as ordens, sobretudo na área urbanística. Então, narrativas, caminhos, caldo cultural são construídos

a partir da negação, do não direito. Esse capital que está na favela e nas periferias não pode sumir no processo de integração e interação com o asfalto; isso faz parte do contexto em que a favela foi forjada. Entendemos que precisávamos investir fortemente no processo da memória local quando percebemos que essas políticas públicas vinham com uma desconstrução do caldo cultural da favela, numa lógica impositiva de fora pra dentro, sobretudo na urbanização.

Fomos construindo algumas formas possíveis de resgatar, registrar, incentivar a existência de um acervo do Complexo do Alemão e as exposições dentro da própria favela. Estamos construindo um acervo criando um grande banco de áudios aberto para fortalecer a memória local. Fizemos um trabalho, com a Rute Imanishi do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de levantamento fundiário dos últimos cem anos no Complexo do Alemão, desde o momento em que as terras foram cedidas pelo governo para famílias abastadas, passando processo de industrialização, quando acontece a ocupação mais forte do Complexo do Alemão.

Neste ano, desenvolvemos um trabalho chamado *Raízes Locais - Memórias e Identidades* com alguns alunos de escola pública do Complexo do Alemão, que terá como resultado o *Portal do Conhecimento* - um mapa sobre histórias, memórias e identidades onde esses jovens contam um pouco da sua apropriação do espaço. Onde esses jovens da favela namoram? Onde dançam? Onde jogam bola? Onde andam de bicicleta? Quais são os espaços e por que eles vivem aqueles espaços? Além de contarem sua história, eles também tiveram uma formação técnica para construir o roteiro, fazer a decupagem de uma entrevista etc. Os doze jovens entrevistaram doze pessoas que estão há mais de cinquenta anos no Complexo do Alemão, num trabalho de memória intergeracional. Eles buscam fotos antigas, fotos atuais e tudo isso vai para o Google Maps.

A memória impacta diretamente a vida desses jovens. Vemos que eles têm um desenvolvimento enorme quando entram nesse tipo de projeto. A maioria deles tinha vergonha de falar, disseram que nunca se apresentariam na escola porque não se viam numa lógica conteudista. Os próprios professores não conhecem a realidade dos alunos, então, um trabalho desses visa chegar nas escolas públicas para que os professores conheçam o que é a favela e o que é o Complexo do Alemão para que isso impacte sua pedagogia.

Neste último *Favela Doc*, construímos o documentário *Quando você chegou meu santo já estava*, com a temática das religiões de matriz africana nas periferias do Rio. Naquele momento, acreditávamos que os espaços de religiões de matriz africana de quase todas as periferias e favelas já tinham fechado, sufocados por um lado pelo tráfico, por outro por alguns segmentos de religiões cristãs pentecostais. O tráfico tem uma proximidade aos valores e princípios das igrejas cristãs pentecostais. Essa aproximação vem acontecendo desde o final dos anos 1990, causando uma rejeição às religiões de matriz africana por causa do controle exercido no território, exacerbado no processo de preconceito e opressão. Nós que somos moradores nascidos e criados no Alemão, onde vivem mais de duzentas mil pessoas, não conhecíamos nenhum centro religioso nesta região quando começamos as oficinas. Descobrimos dezoito centros durante o documentário. A maioria parou de fazer o batuque por causa da opressão, muito pelas igrejas pentecostais, mas também pelo tráfico. O que oprixe mais, o tráfico ou as igrejas pentecostais? Descobrimos que essas igrejas pentecostais são muito mais opressoras em relação às religiões de matriz africana.

Trabalhamos com seis mães de santo e um pai de santo, de Umbanda e Candomblé. E sábado passado, quando lançamos o filme no Alemão, teve uma cena que valeu todo esse trabalho para mim: depois que terminou a exibição, as mães de santo foram para o palco, se cumprimentando e se convidando para uma conhecer o terreiro da

outra. Todas elas são do Complexo do Alemão e não se conheciam. Só de ter promovido o intercâmbio entre os poucos resquícios dessas religiões, o trabalho de memória já valeu à pena.

Raquel Rolnik: Vi uma cena dos “Bandidos de Jesus”, um grupo que é militante ativista pentecostal e traficante. Queria que você desenvolvesse um pouco mais sobre os pontos de conexão entre tráfico e igreja. Pensando mais amplamente a construção de uma certa hegemonia cultural nas favelas e nas periferias do Rio e do Brasil, que valores são esses e como esses valores se expressam hoje no Alemão?

Alan Brum: Nas últimas décadas, temos um crescimento da religião cristã pentecostal e mudanças em todos os aspectos, e isso se traduz nas favelas. Até a década de 1980, a igreja católica atuava nas periferias por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que são núcleos muito politizados e engajados. A partir de 1980, a própria igreja católica deu uma guinada como reação ao crescimento do pentecostalismo, diminuindo as ações nas CEBs e aumentando a renovação carismática, que se aproxima do pentecostalismo. Há um movimento de radicalismo e intolerância na sociedade como um todo que impacta a própria política partidária e eleitoral. A Christina Vidal Cunha, professora da UFF (Universidade Federal Fluminense), publicou um livro chamado *Oração de Traficante: uma etnografia* sobre os traficantes evangélicos em Acari, que é a pesquisa de sua tese de doutorado. Ela vai morar em Acari para pesquisar essa lógica dos princípios evangélicos que entende como princípios propagados pelos próprios traficantes.

No Alemão, houve um momento da ruptura entre lideranças do tráfico relacionada à questão religiosa. Antes havia uma ideia romantizada do marginal, que ainda não era chamado de traficante. Eles mesmos acreditavam que estavam lutando a favor dos pobres. Havia um grande líder no Alemão, cria de lá, líder do Comando Vermelho no Rio de Janeiro: o Orlando Jogador. Em 1994, ele foi assassinado por seu próprio comrade, o Uê, que era chefe do morro vizinho que ele foi visitar. Orlando foi a última liderança fortemente ligada às religiões de matriz africana. O Uê era evangélico. O evangélico mata o outro, que é de matriz africana. Há um simbolismo constituído aí. A partir desse momento, foi-se criando uma narrativa local que culpabilizava os orixás que ele adorava por seu assassinato. Com essa racha no Comando Vermelho, nasceu o Terceiro Comando no Rio de Janeiro.

Como você vê o impacto da violência no comportamento da população e na ocupação dos espaços? Quais são as principais transformações desde a ocupação militar do Alemão em 2010?

Alan Brum: Primeiro, houve um forte processo de ruptura dos espaços de sociabilidade. Tivemos muitos laços cortados. Há um elemento de solidariedade permanente na favela, que não é uma solidariedade romântica, é uma solidariedade que vem da necessidade. Se eu tiver que “bater uma laje” no domingo, faço um caldão, um mocotó e todo mundo vai chegar. Não preciso marcar. Não é porque somos bonzinhos uns com os outros, é porque alguém vai precisar “bater uma laje” depois. Essa solidariedade a partir da negação e da necessidade é um processo que constrói uma sociabilidade muito forte entre as pessoas no local, na escala micro, do vizinho mesmo. Quando chega um processo de urbanização definindo por um traçado totalmente autoritário onde abrir uma rua, construir um teleférico, e o que tem que sair, esse projeto vem cortando, rachando, destruindo laços de solidariedade muito fortes. Isso foi uma violência muito grande. O complexo do alemão teve 2.750 e poucas famílias - não pessoas - desapropriadas no período de

2008 a 2010. Dessas quase 2.800 famílias, 1.700 hoje, depois de 8 anos, continuam no aluguel social. Para vocês terem uma ideia, isso significa o Governo vir e te tirar da sua casa própria e passar a te dar 400 reais por mês, que é o valor do aluguel social. Você tem que se virar pra alugar uma casa, sendo que você tinha sua casa própria. E hoje o Governo Estadual em crise está há dois, três meses sem pagar o aluguel social. Imagine como isso é psicologicamente violento na vida dessas pessoas.

Fizemos uma audiência pública ano passado pra discutir sobre essa questão, junto à Defensoria Pública no Rio de Janeiro, no Núcleo de Terras. A partir dessa audiência, conseguimos que o Ministério Público se comprometesse em garantir o pagamento sempre que o Governo atrasasse. Não é um problema só do Complexo do Alemão, existem mais de mil famílias nessa situação em Manguinhos; mais de setecentas na Rocinha; mais tantas no Jacarezinho; e, no Estado do Rio de Janeiro, existem mais de dez mil famílias nessa situação, seja por deslizamentos, desastres naturais ou remoções.

Aproveitando que você trouxe a questão do Ministério Público, você poderia comentar sobre o intuito da sua candidatura na Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio?

Alan Brum: Até pouco tempo, a Ouvidoria era exercida por defensor interno aposentado. Existe uma luta muito grande para podermos ter ouvidorias externas dentro de todos os órgãos públicos, sobretudo dentro da polícia. Quem vai fazer a denúncia de uma violação de direitos por parte da polícia se a ouvidoria é a própria polícia? Entendemos que a sociedade civil organizada ligada aos usuários daquele setor é quem deve ocupar esses espaços, por isso fui lançado candidato. É a segunda eleição dessa ouvidoria externa, hoje ocupada por um parceiro, o Pedro Strozenberg. Eu não sabia e não estava presente no lançamento da minha candidatura, que foi apoiada por 98 fóruns e organizações que decidiram que eu poderia representar o coletivo de instituições de base. Fui saber depois num bar.

Entendemos que nós, dos movimentos de base das periferias, já passamos muito tempo tendo mediadores. Eles fizeram o papel que era necessário fazer. Mas quando olhamos a Defensoria Pública, percebemos que seus usuários fazem parte de segmentos da sociedade civil que já tem pessoas qualificadas pra ocupar esses cargos. Entendemos que precisamos estar nesses espaços de deliberação porque cansamos de achar que é muito legal escutar um favelado ou trabalhar com um favelado, mas na hora de dar poder para o favelado ninguém quer dar. É difícil você ter a galera da base nos espaços de decisão. As instituições, os parceiros da universidade e dos movimentos da sociedade civil são extremamente importantes, mas ocupar esses espaços agregará para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Precisamos começar a torcer esse parafuso, não dá para ficar só na retaguarda; o que precisamos é conduzir e produzir processos.

Há uma discussão dentro das favelas - principalmente no Rio, mas em outros estados também - de desmerecer a produção acadêmica que está sendo feita sobre as periferias. Não é o meu caso, nem o da instituição da qual eu participo. Nós temos uma sociedade paternalista que é de exclusão constante, de negação de espaços e de direitos, e a universidade também reproduz isso. Mas não é por isso que temos que negar a universidade, muito pelo contrário, temos que rediscutir o papel da universidade e trazer para uma outra perspectiva. Por onde podemos caminhar para construir uma outra lógica de produção de conhecimento sobre as periferias? A palavra "hierarquia" é fundamental para pensarmos a produção de

conhecimento. Colocar o conhecimento acadêmico acima de conhecimento popular, de vivência, é um erro forte. O conhecimento não pode ser hierarquizado, são conhecimentos distintos que precisam dialogar. Se estudarmos a epistemologia da ciência, vemos que a ciência surge a partir das experiências, da repetição, da magia. Então, ciência tem tudo a ver com conhecimento popular. O conhecimento popular é um conhecimento massacrado e oprimido o tempo todo por sistematizações e afastamentos. Vamos sair do Rio de Janeiro e das favelas e vamos pegar os povos que eu trabalhei um tempo em Belém, ou os povos indígenas da região amazônica: eles sabem as propriedades das árvores, das ervas... nossos avós mesmos, que vieram do interior para o centro urbano com todo aquele conhecimento acumulado. Um saber popular produzido por séculos no Brasil, que é apropriado pelo grande capital, pelas indústrias farmacêuticas, de cosméticos, sem dar nada em troca.

O conhecimento popular é fundamental para podermos pensar inclusive a produção dos espaços. Temos um trabalho há dois anos com a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que é a disciplina PUA (Projeto Urbanístico Alternativo), um trabalho para que jovens arquitetos tenham a experiência de construir a partir do diálogo com o morador. Produzimos projetos para pequenos espaços abandonados, apresentamos aos moradores que dão seus pitacos. Os arquitetos ouvem e refazem o projeto. Esse processo de construção participativa impacta fortemente na formação do próprio arquiteto, que muitas vezes não é da favela. Quando chega na metade do semestre, começamos a estimular os alunos e moradores para fazerem um mutirão. Primeiro fizemos a Praça Verde no Alemão, e depois fizemos um trabalho com o grupo Permanências e Destruíções e o Fernando Minto para reformar um espaço abandonado pela obra do PAC. Depois do projeto de urbanização do PAC, que custou um bilhão de reais no Complexo do Alemão, ficamos com um monte de espaços vazios, abandonados e com entulhos de casas removidas. Decidimos fazer a escada numa travessa muito íngreme, que é o acesso de várias casas. O Minto levou uma técnica para a construção de uma escada artesanal, toda feita à mão, linda! O pessoal foi se apropriando, depois a turma do PUA fez plantio de árvores, e agora os moradores estão colhendo abóbora.

Esse trabalho tem a ver com exigibilidade de direito. Durante todo o período do PAC no Complexo do Alemão, nós - as instituições, os grupos, os ativistas, os moradores - tentamos e fomos negados a influenciar nos projetos urbanísticos. Esse espaço de participação é o que costumo chamar de "espaço de diálogo" ou "espaços de duplos monólogos", aquele espaço que o governo te convida, te coloca numa sala com uma lista de presença e fotos que mostram que você participou. Precisamos criar mecanismos que consigam mensurar a real participação. Esses espaços estão existem, mas como garantirmos essas participações nas propostas urbanísticas? Então, esse trabalho - junto com a arquitetura no Complexo do Alemão - é micro, impacta poucas pessoas, mas é o exercício de que é possível se construir um espaço público com participação dos moradores. Feito de forma que eles se percebam naquele espaço e que eles passem a cuidar dele. Porque lá eles continuam plantando abóbora, continuam regando a árvore, os meninos continuam escalando a pedra onde colocamos umas garras lá pra brincar de escalar. Porque as crianças já brincavam na pedra. Há uma apropriação quando há o processo de participação.

Tem uma foto que para mim sintetiza bastante esse diálogo de conhecimento com a academia na área de arquitetura: uma foto do Pablo Benetti, professor há 30 anos da UFRJ que foi pró-reitor de extensão, junto com o Roberto Negão, que tem 30 anos de pedreiro, fazendo uma casa sem nunca ter estudado. Os dois estão discutindo sobre uma pilha, um querendo medir e o outro querendo fazer. Tanto os arquitetos quanto os moradores não saíram desse processo da mesma forma. As

pessoas se apropriam do conhecimento de tomar determinados cuidados com aprendizados técnicos, é um diálogo de conhecimento. Sempre que você coloca o diálogo do conhecimento pra fluir sem hierarquizar, sem colocar um conhecimento em detrimento do outro, você consegue encontrar caminhos novos. Temos apostado que isso é um caminho de reinvenção e fortalecimento das favelas junto à universidade. Acreditamos que isso pode trazer frutos efetivos para o fomento, a construção, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. É no caminho da produção do conhecimento, de forma dialógica, que vamos encontrar fortalezas possíveis para enfrentar os momentos nos quais é tão difícil você promover qualidade de vida sustentável dentro dessas periferias. É por aí que se dá esse diálogo com a universidade. Eu voltei para a universidade depois de dez anos, estou lá no IESP fazendo mestrado em sociologia.

Qual a relação você vê entre as aldeias indígenas e as favelas? Você poderia contar um pouco do projeto Favela Aldeia?

Alan Brum: Para pensarmos a periferia, precisamos fazer os deslocamentos necessários. Para nós, entender a lógica de outras periferias é importantíssimo. Em 2013, fizemos um encontro com duas instituições estrangeiras que dialogam com a ONU para avaliar os oito objetivos do milênio, visando a mudança para os objetivos da sustentabilidade que hoje estão em vigor. A ONU foi orientada por especialistas a fazer um trabalho de avaliação de base, para saber como as políticas públicas, alinhadas com os objetivos do milênio, estão chegando na base local, na vida real das pessoas. Então, financiaram cinco encontros em cinco países no mundo, um em cada continente, e aqui no Brasil o Raízes foi convidado.

Organizamos o *Painel das Bases* pra avaliar políticas públicas ligadas aos objetivos do milênio, juntando ribeirinhos do Amazonas, palafitas de Belém, o movimento negro do Espírito Santo, movimento de jovens do Rio Grande do Sul, movimento indígena de Ilhéus - os tupinambás de Olivença. Fazer esse trabalho foi muito gratificante e, ao mesmo tempo, descobrir que as nossas lutas são as mesmas, mudando apenas as configurações. Em 2014, no Complexo do Alemão, nós do Raízes fizemos um levantamento de mortos, assassinados por conflito de tráfico com a polícia, onde contamos 26 mortos. Fomos até a aldeia tupinambá de Ilhéus e, em 2014, foram 24 mortos nas operações só na região de onde tem a previsão da demarcação das terras do povo tupinambá de Ilhéus. Os números de aproximam, as lutas se aproximam. Enquanto na área urbana se luta pela moradia, eles lutam pelas terras. Os conflitos das opressões comandadas por uma elite econômica, seja no processo de especulação do agronegócio, seja na especulação imobiliária dos centros urbanos, ocorrem da mesma forma. As lutas são as mesmas das periferias. A questão é sistêmica. Então, se a questão é sistêmica, a gente precisa se olhar. Para isso, a gente construiu o projeto Favela Aldeia, com o qual, em 2016, levamos 22 jovens da favela para ficar 12 dias dentro da aldeia indígena. Em dezembro do mesmo ano, vieram dois jovens indígenas que se apresentaram no evento *Circulando* na favela e, de lá pra cá, os jovens fazem uma troca de expressões culturais entre o pessoal da luta indígena de Olivença e Ilhéus com a luta dos jovens das favelas do Rio de Janeiro. Por sinal, amanhã está chegando para o *Circulando* um jovem de Ilhéus que é um músico de rock. Rock sim, vamos parar de romantizar e idealizar os indígenas porque para eles também já se passaram 517 anos, não é?

Considerando que o espaço da favela é construído a partir da negociação entre grupos, indivíduos e poderes locais, e não a partir de uma legislação urbana predeterminante, como você vê o equilíbrio entre desejos coletivos e privados no espaço das favelas?

Alan Brum: Precisamos parar de olhar a favela com certo romantismo. A favela é o reflexo de toda a sociedade. É um microcosmo da sociedade capitalista. Claro que os acessos aos direitos mais básicos têm maior violação nos espaços de favelas, mas toda a estratificação existente na sociedade se repete nas favelas.

Portanto, não acredito em equilíbrio entre desejos, mas em correlação de forças. E precisamos fortalecer sempre o lado que esteja pensando e promovendo os direitos mais básicos que são recusados individual e coletivamente aos moradores das favelas. Nesse sentido, o acesso à moradia às pessoas desabrigadas deve prevalecer e, consequentemente, os espaços coletivos, sendo que estes se sobrepõem aos interesses privados na perspectiva do lucro e da exploração, mesmo dentro das favelas.

Você guarda alguma memória afetiva de uma experiência espacial? Como ela é?

Alan Brum: Sim, na minha infância, entre os 10 ou 11 anos, as casas ainda tinham quintais com árvores, terrenos com muros baixos que pulávamos para buscar carambolas, cajás e amoras. As amoras nos deixavam todos roxos pela fruta, e, consequentemente, todos roxos também das broncas que levávamos. Pequenos espaços para o jogo de bola eram muitos, ou fazíamos ser muitos, desde os terrenos baldios até as ladeiras se transformavam em espaços de futebol.

Onde você percebe uma utopia na forma de vida das favelas?

Alan Brum: Percebo mais ainda do que se entende por utopia como senso comum. Entendo que o movimento de favelas está se transformando numa Utopia na perspectiva de Mannheim, ou seja, como mentalidade de grupos que transcende a realidade, que é capaz de abalar as ordens das coisas, transformando-as. É nessa Utopia favelada que acredito.

Entrevista realizada em 7 de dezembro de 2017.